

Painel Jurídico

#10

28/01/2021



INNOCENTI
ADVOGADOS

STF garante direitos de aposentados da Fundação CESP

Duas decisões importantes favoráveis a clientes da Innocenti Advogados ganham destaque nesta edição do Painel Jurídico. No STF, o ministro Alexandre de Moraes reconheceu o direito à complementação de aposentadoria aos aposentados da CESP. Já no TJ-SP, uma liminar garantiu à viúva de um empregado falecido da Cteep o direito de receber a complementação previdenciária que era paga ao aposentado. Ainda no direito administrativo, nosso sócio-diretor Marco Antonio Innocenti critica no Valor a suspensão do pagamento dos precatórios proposta pelos Estados, enquanto nosso advogado José Jerônimo Nogueira analisa decisão que garante benefícios a servidores públicos. Confira ainda a participação dos especialistas da Innocenti Advogados em reportagens relativas ao direito trabalhista e o artigo da nossa advogada Líbia Alvarenga de Oliveira sobre decreto em consulta pública que deve simplificar a legislação trabalhista.



STF reconhece **direitos** de aposentados da CESP

Em decisão favorável a causa da Innocenti Advogados, ministro do STF mantém complementação de aposentadoria.

[Leia mais](#)



TJ-SP garante a viúva direito a **pensão complementar**

A pedido da Innocenti Advogados, liminar determina que pensionista da Cteep receba valor pago a aposentado.

[Leia mais](#)



Decreto em consulta pública simplifica legislação trabalhista

Novas regras preveem diversas mudanças na CLT; confira a análise da nossa advogada Líbia Alvarenga de Oliveira.

[Leia mais](#)

De Brasília

Agenda dos tribunais superiores em 2021



Isto É Dinheiro:

recusar vacina pode motivar justa causa



Empregado que não puder se vacinar deve apresentar atestado



UOL: em recuperação judicial, empregados têm prioridade





Innocenti se posiciona contra calote em precatórios

Reportagem do Valor mostra que Estados aumentam a pressão no Congresso para sustar pagamento desses títulos.

[Leia mais](#)



Valor: liminar garante benefícios a defensores públicos

Para o nosso advogado José Jerônimo Nogueira de Lima, decisão pode ser precedente para demais categorias.

[Leia mais](#)

Fique atento...

Trabalhadores usam LGPD para buscar direitos em ações na Justiça



Já em vigor, nova Lei de Falências dá mais poderes ao Fisco



Conheça o nosso site

innocenti.com.br |

